Delfim dá aval a empréstimo para a Paraíba

Valter Melo

O governador da Paraíba, Wilson Braga, obteve do ministro do Planejamento, Delfim Netto, autorização para contrair empréstimo externo de US\$ 60 milhões, para liberação em três parcelas iguais durante 1984 e nos dois próximos anos.

Os recursos em moeda estrangeira se destinam ao refinanciamento das dividas vencidas e a vencer durante 1984 e 1985 junto ao Banco do Brasil agência Grand Cayman e The Bank of Nova Scotia. Já o montante correspondente em cruzeiros será aplicado no pagamento de dividas vencidas da Paraíba junto ao Banco do Nordeste do Brasil e em obras rodoviárias e em projetos de irrigação no Estado.

Malufista de primeira hora, o governador Wilson Braga conseguiu que seu pedido de empréstimo tramitasse no governo com a rapidez incomum em relação aos demais pedidos da mesma natureza. O oficio do governador paraibano foi encaminhado à Seplan em 24 de agosto e já no dia 1º de outubro, pelo aviso nº 883, o ministro Delfim Netto despachava o pedido com a rubrica "prioridade". Em 8 de outubro, o Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros do Banco Central (FIRCE), depois dos exames técnicos costumeiros, dava o seu parecer favorável.

A pretensão de Wilson Braga tramitou pelo Ministério da Fazenda, Palácio do Planalto e ontem foi lida a mensagem em plenário do Senado. Daí até a aprovação definitiva, o processo é mais demorado, como tem demonstrado a experiência.

Na exposição de motivos encaminhada à Seplan, o governador Wilson Braga relata que seu Estado se mostra impossibilitado em amortizar seus débitos externos, uma vez que a receita ordinária do governo se encontra totalmente comprometida com o pagamento de pessoal e demais despesas de custeio da máquina administrativa. A dívida externa e interna da Paraíba está estimada em Cr\$ 277,4 bilhões, da qual 41 por cento resulta de empréstimos tomados junto a bancos estrangeiros.

Encontram-se em tramitação no S enado outros pedidos de empréstimos externos de governos estaduais. São Paulo pleiteia US\$ 72.9 milhões (em duas operações). Maranhão quer US\$ 50 milhões, o Mato Grosso US\$ 115 milhões (em duas operações) e o Estado do Pará US\$ 21 milhões. O Rio Grande do Norte está pedindo do Senado autorização para contrair empréstimos internos no valor de Cr\$ 1 bilhão 195 milhões, em três operações bancárias.

O governador de Goiás, Îres Rezende Machado, foi recebido em audiência pelo presidente Figueiredo, na segunda-feira, com objetivo de sensibilizar o governo federal a permitir a rolagem da divida externa de seu Estado. Para tanto, ele adiantou que serão necessários US\$ 45 milhões, pois sua conta de Fundo de Participação de Estados (FPE) está bloqueada no Banco do Brasil, exatamente para fazer face ao pagamento de empréstimos contraídos por governos anteriores. O pedido de Rezende, entretanto, ainda não chegou ao Senado Federal.